

## APRESENTAÇÃO

Em seus 17 anos, a *Revista História & Luta de Classes* tem se constituído como espaço de reflexão crítica sobre a realidade histórica. Nesse período, a América Latina foi objeto de inúmeros artigos, com destaque a dois dossiês temáticos: *América Latina Contemporânea* (número 4, de 2007) e *Governos de Esquerda na América Latina* (número 22, de 2016). A presente edição, a 33ª, volta a estampar o subcontinente em sua capa de março de 2022, desta vez sob o tema *América Latina: Lutas Sociais e Revoluções*.

Após a emancipação formal da condição de colônias ibéricas ao longo do século XIX, os conflitos sociais que emergiram nos novos estados nacionais se desenrolaram em meio às pressões das classes dominantes nacionais articuladas de modo dependente com o capital de origem europeia ou estado-unidense. As classes dominantes se valeram e continuam a se valer de cortinas nacionalistas que procuram esconder a existência de clivagens sociais estruturais e estruturadas por seus próprios interesses, frequente e majoritariamente vinculados às políticas econômicas liberais que facilitam e reproduzem as condições de dependência dos setores primários exportadores ao capital industrial e financeiro estrangeiro.

Em resposta, observa-se, especialmente ao longo do século XX, a ascensão de lutas sociais diversas que articularam seus interesses em torno de bandeiras que disputavam o significado da soberania nacional, construindo e reivindicando um conteúdo intrínseco de soberania popular. Para tanto, muitas das experiências históricas específicas de afirmação da soberania nacional-popular assumiram contornos de lutas anti-imperialistas, que, por sua vez, desdobravam-se em debates sobre vias revolucionárias e o entendimento de que o socialismo seria condição para o processo de plena emancipação – política, social, econômica, cultural e, sobretudo, humana.

Neste início da terceira década do século XXI, essas questões continuam atuais. Sobretudo após os anos de retrocessos impostos pela reação da direita e da extrema-direita em países que passaram pela experiência de governos progressistas (com seus limites e contradições) nos anos anteriores. A onda conservadora, que dilacera as árduas conquistas das classes trabalhadoras e demais grupos historicamente subalternizados, apela abertamente ao ufanismo chauvinista, manipulando concepções tacanhas de liberdade enquanto exaltam as práticas monstruosas que as FFAA executaram nas guerras contra suas próprias populações para que a ordem social, a ordem do capital, fosse preservada.

A atual quadra histórica mantém latente a pertinência dos debates sobre as possibilidades de intervenção no processo histórico em meio ou à margem da institucionalidade. Por um lado, seguem em avaliação os limites das políticas de conciliação de classes efetivadas pelos governos progressistas, que se inicia com a eleição de Hugo Chávez em 1998 e que, com distintas características, oscilando entre um nacionalismo mais radical e tímidas reformas nos marcos do social-liberalismo, atinge diversos países do subcontinente nos anos seguintes. Ainda que não expressassem um projeto de ruptura com o capitalismo, estes governos foram atacados pelas próprias classes dominantes, algumas vezes com golpes institucionais (como em Honduras em 2008, no Paraguai em 2012, no Brasil em 2016 e na Bolívia em 2019), e em outras através da vitória eleitoral de conservadores como Macri (Argentina) e Lasso (Equador). Por outro, novos horizontes de mobilização social, com setores sociais historicamente subalternizados, como indígenas, negros, população LGBTQIA+ e mulheres, pressionam e produzem mudanças significativas, a exemplo das massivas mobilizações

pela legalização do aborto na Argentina entre 2018 e 2020, e as constantes mobilizações chilenas, iniciadas pelos estudantes ainda em 2011-2012 e que, em 2019-2020, levaram à perspectiva, enfim, de realizar a superação da herança pinochetista em sua Carta Constitucional. Também o *Paro General* na Colômbia evidencia a intensidade dos descontentamentos e a disposição de lutas de trabalhadores em processos de confrontação com as contrarreformas impostas pelo capital.

Desta forma, o dossiê é composto por artigos que, em seu conjunto, tratam de temas sobre experiências passadas e presentes da América Latina, contendo elementos de compreensão da articulação inerente entre passado e presente, característica do materialismo histórico. É assim que Ana Elisa Corrêa e Luciana Henrique da Silva, no artigo *Lutas sociais e pandemia: há esquerda por fora da ordem?*, refletem sobre a historicidade de uma aparente apatia e desmobilização social frente ao reacionarismo bolsonarista, extrapolado pelo extermínio de parte da população através de escolhas políticas assassinas no trato da pandemia de COVID-19. Para tanto, as autoras procuraram compreender os limites que a escolha pela manutenção da governabilidade impôs às potenciais novidades de mobilização de rua em 2013 e dos estudantes em 2015 e 2016, aumentando o distanciamento entre movimentos sociais e a política institucional.

A experiência chilena da Unidad Popular e do governo de Salvador Allende é abordada em outros dois artigos: *A experiência da Unidad Popular à luz dos marxismos: debates teóricos e políticos*, de João Pedro Rossi e Lays Correa da Silva, e *A via chilena da contrarrevolução*, de Marcial Humberto Saavedra Castro e Lina María Brandão de Aras. O primeiro faz um balanço de perspectivas analíticas marxistas sobre a o Chile de 1970 a 1973, no qual o enfoque teórico sobre o caráter do capitalismo latino-americano incidia diretamente na tomada de posições estratégicas e táticas em torno das expectativas sobre a Unidad Popular e dos dilemas que o governo Allende atravessaria em relação aos movimentos sociais e ao avanço de um programa socialista com efetiva participação da classe trabalhadora. O segundo artigo dedica-se a analisar o processo de ação conjunta de setores da classe dominante chilena com as FFAA para impor a derrocada do governo Allende pelo aparato militar, efetivada com o Golpe de 1973.

Em *Fermento místico: Cristianismo Libertador e movimentos sociais latino-americanos*, Sebastião Vargas revisita a força mobilizadora da Teologia da Libertação e sua presença em duas experiências históricas contemporâneas de países geograficamente distantes: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México. Por fim, o dossiê é encerrado com o artigo *Cuba na gestão da COVID-19: a vida como prioridade*, que reflete acerca das políticas adotadas pelo Estado cubano para enfrentar a pandemia de COVID-19 na ilha. A compreensão da experiência ainda em curso, avaliada como positiva pelos autores Arelys Esquenazi Borregu, Aline Fardin Pandolfi e Gissele Carraro, ocorre pela análise do caráter humanista conferido pela Revolução de 1959, cujas diretrizes fundamentais zelam fundamentalmente pelo respeito à vida humana.

Além do dossiê, esta edição ainda contém outros três artigos e uma resenha. Em *CONCLAP: estágio superior da militância político-empresarial no Brasil (1959-1964)*, Renato Luís do Couto Neto e Lemos analisa o processo de construção do Conselho Superior das Classes Produtoras, em 1959 no Rio de Janeiro, como um aparelho privado de hegemonia, constituído para fazer frente aos avanços de mobilização da classe trabalhadora junto às instituições do Estado brasileiro. Em *Estudantes pela Liberdade: formas de organização e atuação, financiamento e intelectuais (2012-2016)*, João Elter Miranda Borges discorre sobre outro aparelho privado de hegemonia, a versão brasileira

do Students For Liberty, que se estruturou para tentar articular e difundir valores ultraliberais em meio à juventude entre 2012 e 2016. Por sua vez, Marcos Antonio Macedo das Chagas, em *Os conflitos do marxismo no século XXI em meio à afirmação de uma educação pública e integral no Brasil que assegure a diversidade do gênero humano*, ao tomar a experiência dos CIEPs de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola no Rio de Janeiro das décadas de 1980 e 1990, reflete sobre como diferentes perspectivas marxistas incidem diretamente sobre projetos e práticas educativas que visam garantir uma escola que contemple a complexidade da diversidade humana, questão fundamental para a construção da emancipação humana. Por fim, Carmen Tornquist resenha o livro de Claudio Cavieres Berríos, *Hacia una modernidad arcaica: Amauta, Mariátegui y la querella en torno al indigenismo*, para explicitar a questão indígena como uma questão central para os movimentos revolucionários latino-americanos, conforme demonstrou, desde os anos 1920, o peruano José Carlos Mariátegui no conjunto de suas obras, em especial na revista Amauta.

A apresentação do presente dossiê não poderia se encerrar sem uma nota das/dos organizadoras/es sobre o precoce falecimento de um gigante, Enrique Serra Padrós, ocorrido em janeiro deste ano. Seu enorme coração motivou gerações de estudantes a seguirem seus passos: a *práxis* como orientação para o trabalho do/da professor/a e do/da historiador/a. Desde a primeira edição de *História & Luta de Classes*, Enrique foi um dos mais entusiasmados impulsionadores deste projeto coletivo, coordenando dossiês, publicando artigo, emitindo pareceres e sobretudo divulgando a revista. Com sua partida, perdemos todos, nossa revista, a historiografia marxista, a luta por Memória, Verdade e Justiça, o ensino de História e a luta pela construção de uma sociedade socialista. Abrimos esta edição com uma nota sobre sua inspiradora trajetória, com o texto *Os muitos fios que tecem a trama do recordar: o legado de Enrique Serra Padrós*, de autoria de Alessandra Gasparotto e Carla Luciana Silva

Esta edição é dedicada a Enrique Serra Padrós.

Padrós segue vivendo nas lutas travadas por cada um de nós!

Março de 2022.

Gilberto Calil  
Editor

Gilberto Calil  
Joana Salém  
Tiago Bernardom de Oliveira  
Coordenadores do Dossiê